



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

06 e 07 de junho de 2015

Diário Catarinense
Contracapa
"Ética animal"

Ética animal / Círculo de Leitura de Florianópolis / Sônia Felipe / Biblioteca /
UFSC

ÉTICA ANIMAL

No próximo dia 9, o Círculo de Leitura de Florianópolis realiza encontro sobre ética animal, dietas e política da alimentação. A convidada é a filósofa Sônia Felipe, conhecida nacionalmente por seus livros, artigos e posições sobre o assunto. O debate começa às 18h30min, na sala Harry Laüs da Biblioteca da UFSC, com entrada franca.

Diário Catarinense
Diário do Leitor
"Niemeyer"

Niemeyer / LIC / UFSC / Ricardo Pamplona

NIEMEYER

Fiquei surpreso ao ler "Herança deixada por Niemeyer" (5/6) que havia dúvidas quanto a autoria do famoso arquiteto no projeto do LIC. Desde que estudava na UFSC, início dos anos 1970, era de conhecimento geral e motivo de orgulho a paternidade do Niemeyer no projeto. Algumas décadas mais tarde tive a oportunidade de trabalhar em um projeto diretamente com ele, e durante estes trabalhos comentei que minha festa de formatura em Engenharia tinha sido no LIC, uma obra arquitetônica de sua autoria na minha cidade natal, achando que isto o envaideceria. Ele não fez nenhum comentário contrário. Nunca me passou pela mente a hipótese de ele não ser o autor do projeto. Todo caso agora, pelo exposto, não há mais dúvidas.

Ricardo Pamplona
Engenheiro - Porto Belo

Notícias do Dia
Paulo Alceu – Interino Paulo Clóvis
“Eleição na UFSC”

Eleição na UFSC / Reitoria / Universidade Federal de Santa Catarina /
Roselane Neckel / Lúcia Helena Martins Pacheco /

Eleição na UFSC

Este ano marca a realização de eleições para a reitoria da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). A mobilização pela formação de chapas já começou, mas com um fato novo: a multiplicação de postulantes a candidatos que tentarão derrubar Roselane Neckel e Lúcia Helena Martins Pacheco, atuais reitora e vice-reitora, que assumiram em 2012. Foram três anos de turbulências, até agora, mas não se nota ainda uma força de oposição que seja minimamente consensual. O primeiro turno do pleito será em outubro, e a posse da chapa vencedora, em 10 de maio de 2016.

Notícias do Dia

Caminhos da Natureza

"Em defesa do campo"

Em defesa do campo / Direito ambiental / Livro / Tutela jurídica / Agroecologia / Brasil / Marina Venâncio / Curso de Direito / UFSC / Congresso Brasileiro de Direito Ambiental / Massanobu Fukuoka / Grupo de Pesquisa em Direito Ambiental e Ecologia Política na Sociedade de Risco / GPDA / Instituto O Direito por um Planeta Verde / Congresso de Direito Ambiental / Fundação Mokiti Okada

Tractebel Energia
GDF SUEZ
Energia para a vida

Em defesa do **campo**

Direito ambiental. Jovem escritora lança livro sobre a tutela jurídica da agroecologia no Brasil

@ND_natureza
FLORIANÓPOLIS

“Eu acredito que uma revolução pode começar com apenas esta palha de arroz. Vista de relance, esta palha de arroz pode parecer leve e insignificante. Quase ninguém acreditaria que ela poderia começar uma revolução. Mas eu cheguei a compreender o seu peso e o seu poder. Para mim, essa revolução é muito real.” As palavras do estudioso japonês Massanobu Fukuoka no livro “The one-straw revolution”, em que fala sobre o poder de uma palha de arroz, foram decisivas para a jovem escritora Marina Venâncio, 22 anos, acadêmica de direito da UFSC, ir atrás do seu sonho, escrever e lançar um livro sobre agroecologia no Brasil.

O livro “A tutela jurídica da agroecologia no Brasil: repensando a produção de alimentos na era dos riscos globais” foi lançado em maio

no 20º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, em São Paulo. Marina traça um panorama de como é abordada a questão da agroecologia no ordenamento jurídico brasileiro, destacando as principais leis e políticas relacionadas à matéria, suas inconsistências e contribuições no âmbito da sustentabilidade.

Focada, ela fala com propriedade sobre a questão. “Em Santa Catarina, bem como nos demais Estados, essa efetiva tutela deverá contribuir para o fortalecimento dos pequenos agricultores e para proporcionar a melhoria da qualidade de vida, no campo nas cidades”, considera.

Segundo a escritora, a obra tem como objetivo estimular o aprofundamento dos debates e reflexões da agroecologia no âmbito do direito, campo jurídico cujo desenvolvimento constitui um elemento chave na persecução de um modelo produtivo mais sustentável e da melhoria da vida no campo.



ARQUIVO PESSOAL/ND

Vivência. Grupo de Pesquisa em Direito Ambiental e Ecologia Política na Sociedade de Risco (GPDA/UFSC), em saída de campo à Costa da Lagoa

Esverdeamento das práticas agrícolas

Um modelo de desenvolvimento mais sustentável para o campo passa necessariamente pelo gradual processo de “esverdeamento” das práticas agrícolas no campo, os quais vêm se consolidando ao longo das últimas décadas. “No Brasil existem muitas experiências e iniciativas agroecológicas de sucesso que representam um caminhar nesta direção”, afirma Marina.

Dessa maneira, segundo a acadêmica que faz parte do Grupo de Pesquisa de Direito Ambiental e Ecologia Política na Sociedade de Risco (GPDA/UFSC), a elaboração e implementação de políticas direcionadas à agroecologia tornam-se fundamentais para a consolidação de um modelo de desenvolvimento rural e de produção de alimentos para Santa Catarina e para o Brasil que seja duradouro, inclusivo e sustentável.

O QUE É TUTELA JURÍDICA?

A tutela jurídica recebe esse nome por se cuidar de proteger direitos que tanto pode ser de natureza material, como de natureza processual. Tutela é dar amparo, proteção e auxílio. É cabe ao Estado proporcionar a tutela jurídica que se manifesta sob a forma de regras gerais e abstratas. Também trata das atividades destinadas à efetividade desses preceitos.



Foto: Marina Venâncio e sua obra sobre direito ambiental

Iniciativas. Lançamento coletivo das obras do Instituto O Direito por um Planeta Verde, durante o 20º Congresso de Direito Ambiental, na Fundação Mokiti Okada

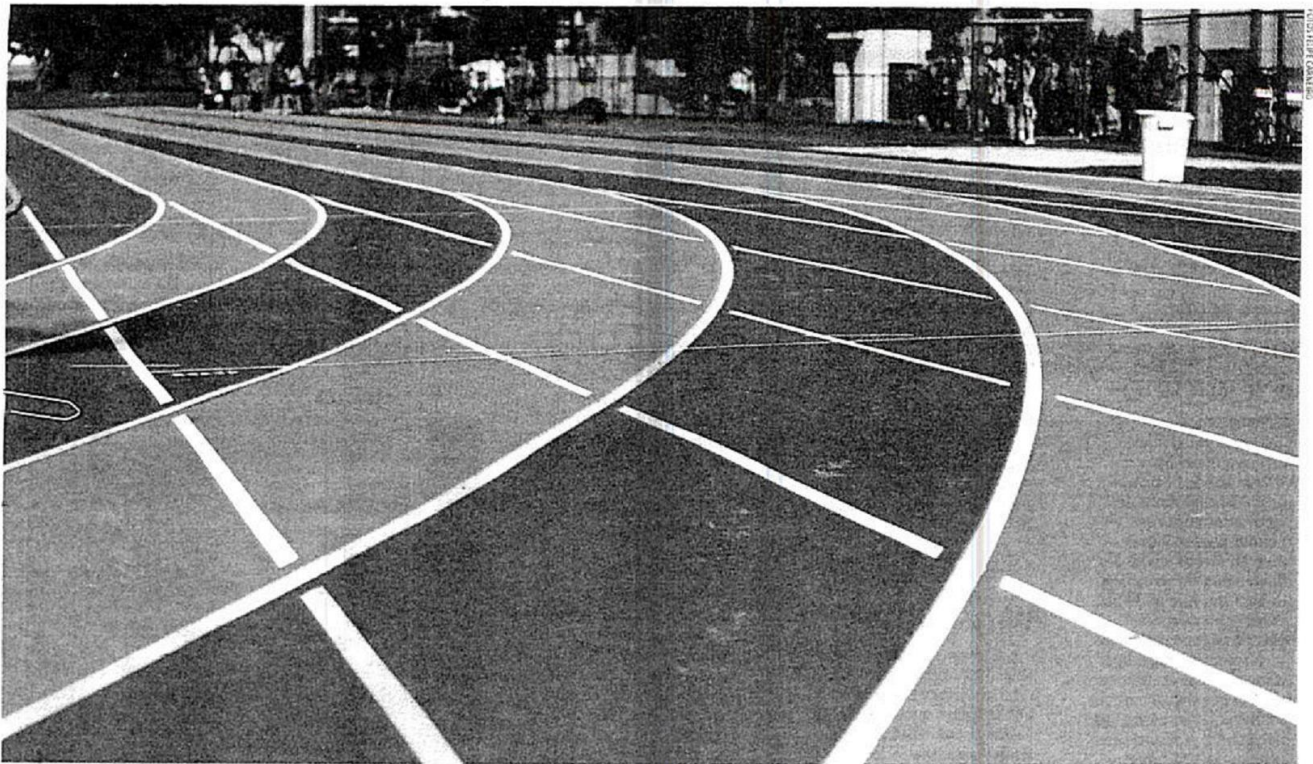


FOTOS: INSTITUTO O DIREITO POR UM PLANETA VERDE/INSTITUTO O DIREITO

Diário Catarinense Esporte

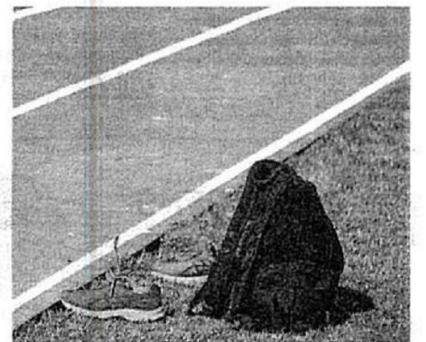
“Olimpíada do improviso / Campeões (só) no horizonte”

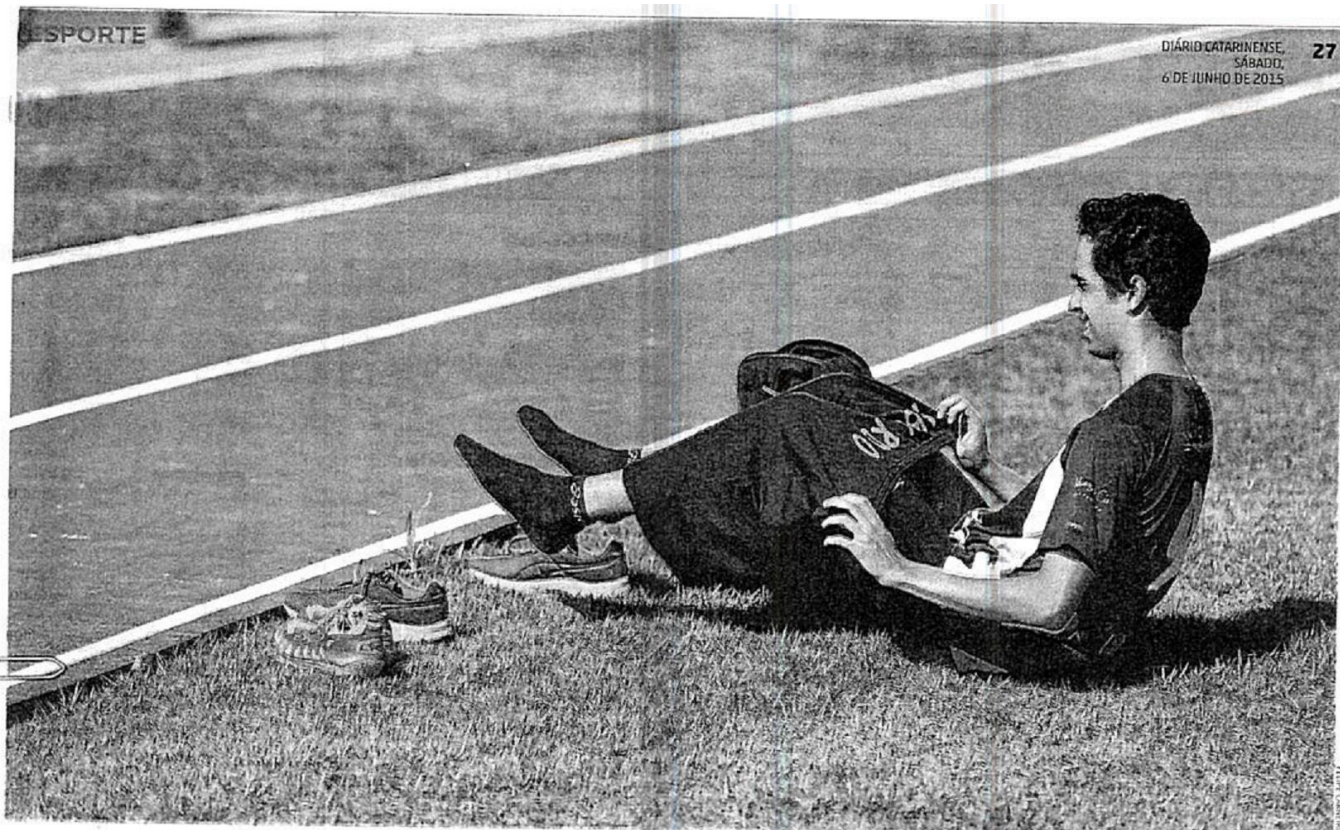
Olimpíada do improviso / Campeões (só) no horizonte / Pista de atletismo / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Florianópolis / Comitê Organizador da Rio-2016 / Centro de Desportos / CDS / Luciano Lazzaris Fernandes / Ministério do Esporte / Roselane Neckel / George Hilton / Sistema Nacional do Esporte / Lei de Incentivo ao Esporte / Curso de Educação Física / Associação de Treinadores de Corrida de Rua / Federação Catarinense de Atletismo / Udesc



Olimpíada do improviso

Pista de atletismo da UFSC, projetada para receber estrelas mundiais, pode afugentar competidores olímpicos pela falta de estrutura de apoio, como banheiros e vestiários. **PÁGINA 27**





NÃO É SÓ UM DETALHE

Campeões (só) no horizonte

SONDADA PARA RECEBER estrelas do atletismo na Olimpíada, pista da UFSC sofre com estrutura

MARIANA GIANIOPPE
mariana.santos@diario.com.br

A nova pista de atletismo da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, foi projetada para receber os maiores nomes do atletismo mundial. O material do piso é igual ao que correu o jamaicano Usain Bolt na última Olimpíada, em Londres. O gasto também teve padrão olímpico, R\$ 77 milhões.

O selo é de classe 2, um dos melhores do órgão máximo do atletismo internacional, a IAAF. Indicada pelo Comitê Organizador da Rio-2016 para receber delegações pré-Olimpíada, já é sondada por países como Jamaica e EUA, como informou o colunista Rafael Marti-

ni no Visor do dia 25 de maio.

As equipes que já tiveram contato com a pista asseguram: a qualidade é indiscutível. Mas se Bolt chegasse hoje para usar a estrutura teria de se trocar no vestiário da piscina. Os banheiros externos, próximos à pista, segundo o próprio vice-diretor do Centro de Desportos da UFSC (CDS), Luciano Lazzaris Fernandes, estão "uma vergonha" e precisam passar por reforma. Arquibancada não há, assim como qualquer equipamento de atletismo.

Isso porque, até agora, a parceria com o Ministério do Esporte contemplou apenas a pista. No dia 26 de março, na inauguração, a reitora da UFSC, Roselane Neckel, entregou ao ministro George Hilton mais duas solicitações.

— São dois projetos, um que inclui a arquibancada e compra dos equipamentos, e outro para a reestruturação de nossas quadras externas — explica Fernandes.

Segundo Hilton, o complemento está previsto, mas para uma próxima etapa do Sistema Nacional do Esporte, que ainda não foi sequer levado ao Congresso.

— Nosso interesse é que se defina o papel dos gestores das pistas e como se dará a captação de recursos. Vamos buscar também no setor privado uma parceria sólida através da Lei de Incentivo ao Esporte. O sistema chega no Congresso até setembro e queremos que já no ano da Olimpíada ele seja aprovado — afirmou o ministro.

Em relação aos vestiários, a negociação é diretamente com a reitoria da universidade, que respondeu por meio da assessoria de imprensa que estão sendo feitos todos os encaminhamentos.

Sem vestiários adequados, os atletas têm que improvisar para se trocar para as competições

Estudantes já usam pista e população aguarda

Antes de qualquer herói olímpico, já tem atletas locais estreando as sapatilhas na nova pista. Apesar da falta de material, o local abriga aulas do curso de Educação Física da UFSC, treinos da equipe de alto rendimento UCA, de São José, e da equipe competitiva da própria universidade. O time de atletismo de Florianópolis aguarda a liberação oficial para treinamentos, pedido feito no fim de maio, enquanto a Associação de Treinadores de Corrida de Rua ainda negocia a utilização do espaço. A primeira competição oficial da Federação Catarinense de Atletismo estreou a pista no mês passado, levando todos os equipamentos necessários, e, neste fim de semana, foi a vez de um evento da UDESC.

Já a comunidade passará a ser atendida só no próximo semestre, quando abrirão vagas para um projeto de extensão que incluirá atletismo, futebol e condicionamento físico, com projeção de atendimento de 300 pessoas por semana, na faixa etária de 7 a 80 anos, segundo informações da diretoria do CDS. O calendário para inscrições deve ser publicado no site do CDS no começo de julho.

Notícias do Dia Plural

“Filme nacional na formação”

Filme nacional na formação / Florianópolis / Lei 13.006-2014 / Escolas de educação básica / Dilma Rousseff / 14ª Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis / Encontro Nacional do Cinema Infantil / Cinema brasileiro nas escolas / Pola Ribeiro / Rodolfo Joaquim Pinto da Luz / Luíza Lins / Cristovam Buarque / Secretaria Municipal de Educação / Sesc / Fundação Cultural Badesc / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina

4/5 PLURAL – NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 6 E 7 DE JUNHO DE 2015

Regulamentação. Lei que estabelece a exibição de cinema nacional na escola começa a tomar forma

MARCIANO DIOGO
marciano.diogo@noticiasdodia.com.br

Os olhares atentos dos estudantes se concentram no filme que está prestes a ser exibido. “Apaga a luz!”, berram alguns deles quando observam que algo será projetado na grande tela. Tal situação já é vivenciada com frequência em diversas escolas de Florianópolis graças à Lei 13.006, sancionada em junho de 2014, que estabelece a exibição obrigatória de, no mínimo duas horas mensais, filmes de produção nacional para turmas de escolas de educação básica – que abrangem até o 9º ano do ensino fundamental.

Apesar de ter sido assinada pela presidente Dilma Rousseff há um ano e já estar sendo cumprida em centenas de escolas brasileiras, a lei que abre as portas das salas de aula para o cinema nacional ainda precisa de regulamentação. É o plano que estrutura tal regulamentação que será divulgado pela SAV (Secretaria do Audiovisual) em um debate neste sábado na 14ª Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis, no Encontro Nacional do Cinema Infantil, que terá como tema o “Cinema Brasileiro nas Escolas”. Com a presença de diretores, produtores, professores e outros interessados, o debate irá tratar das alternativas para fazer chegar aos estudantes à produção audiovisual nacional.

A proposta é criar um GT (Grupo de Trabalho) responsável por estabelecer fatores instrutivos da Lei 13.006, ou seja, que organizará como ela será colocada em prática de fato. Entre os fatores da regulamentação está, por exemplo, o estabelecimento da classificação indicativa e o gênero dos filmes que serão exibidos para cada série educacional. O próprio secretário do Audiovisual, Pola Ribeiro, virá à Capital para divulgar e anunciar

na Mostra de Cinema Infantil o plano que busca regulamentar a lei do cinema nas escolas. “Nenhuma transformação profunda é rápida, e acredito que essa lei será profundamente revolucionária para o cinema brasileiro. Não somente para a formação de público, mas para o reconhecimento e fortalecimento da identidade nacional. A criança brasileira precisa se ver nas telas”, afirma Luíza Lins, idealizadora e organizadora da Mostra Infantil de Florianópolis.

Na Capital, aliás, o cenário é positivo para a lei, que foi proposta pelo senador Cristovam Buarque. Conforme a Secretaria Municipal de Educação, todas as 36 escolas de Ensino Fundamental e 87 escolas de Ensino Infantil possuem equipamentos eletrônicos necessários para a exibição de filmes nas unidades. “Inclusive na maioria das escolas isso já vem sendo feito. Além de essencial na formação artística, os filmes desenvolvem o conhecimento do estudante em diferentes frentes e possibilitam o acesso à informação”, observa o secretário municipal da Educação, Rodolfo Pinto da Luz. Sete escolas municipais de Florianópolis já contam inclusive com cineclubes que promovem encontros para debates sobre os filmes exibidos. “A intenção é implantar esses cineclubes em todas as escolas da cidade até 2016, e inserir a comunidade nesse processo de apreciação e aprendizado”, completa o secretário.

A secretaria, inclusive, tem um acervo de filmes que são exibidos nas escolas, grande parte deles curtas-metragens. Parceiros como o Sesc, a Fundação Cultural Badesc, UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e a Mostra Infantil de Florianópolis fazem doações frequentes a este acervo audiovisual.

Filme nacional na formação

O que: 14ª Encontro Nacional do Cinema Infantil: “Cinema Brasileiro nas Escolas”
Quando: 6/6, 14h30
Onde: Auditório da Secretaria da Administração do Governo do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, rod. SC-401, km 5, n.º 4.600, tel. 3665.2000
Quanto: gratuito

Saiba mais: www.mostrade cinema infantil.com.br



Público escolar. Encontro que dará o início ao estudo e regulamentação da Lei 13.006 ocorrerá em Flori



Rodolfo Pinto da Luz. Cineclubes em todas as escolas de Florianópolis

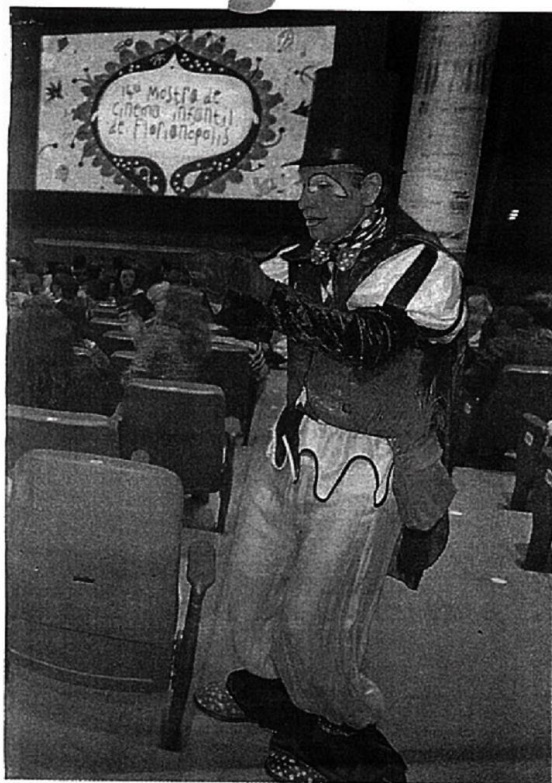
Desenvolvimento cognitivo e criativo

Em Santa Catarina, as crianças estão entre o público mais cativo da lei que estabelece a exibição de filmes em salas de aula. “Estou acostumado a ver filmes de super-heróis. É bacana assistir algo diferente”, conta Anderson Carlos Nunes, de apenas seis anos de idade. A professora de Anderson, Daize Maria da Silva, ressalta os pontos positivos da exibição de filmes nas salas de aula: “Estimulam a oralidade, a formação de vocabulário, a criatividade, além de possibilitar o contato com outras vivências. Os alunos sempre ficam entusiasmados quando tem sessão”, observa a professora da Creche Cristo Redentor.

Segundo a Secretaria do Estado de Educação, o conceito de exibição de filmes nacionais nas escolas também já tem sido

adotado em parte do território catarinense. A assessoria de comunicação do órgão afirmou que o secretário Eduardo Deschamps não se pronunciou sobre a Lei 13.006, mas em nota oficial, através de e-mail, a secretaria confirmou que “conta com a regulamentação da lei, que ainda deve passar por aprovação do Conselho Estadual de Educação, para formalizar como a exibição de filmes nacionais será implantada na prática. Porém, os professores estaduais já utilizam dessa ferramenta no processo pedagógico e conste no planejamento de disciplina de alguns docentes. Filmes catarinenses, como “A Antropóloga” e outros sobre a Guerra do Contestado, já foram exibidos aos estudantes da rede estadual de ensino”.

onal nação



Florianópolis neste sábado, dentro da Mostra de Cinema Infantil



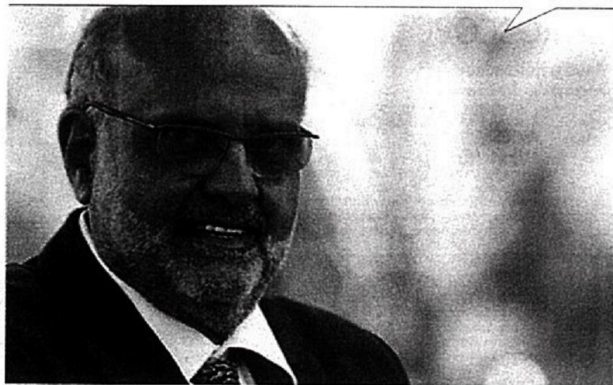
Luiza Lima. Lei revolucionária ao cinema

EM FLORIANÓPOLIS Escolas com cineclubes oficiais

- EBM José Gonçalves Pinheiro – Rio Tavares
- EBM Luiz Cândido da Luz – Vargem do Bom Jesus
- EBM Vitor Miguel de Souza – Itacorubi
- EBM Virgílio dos Reis Varzea – Canasvieiras
- ED Osvaldo Galupo – Morro do Horácio
- EBM José Amaro Cordeiro – Morro das Pedras
- EBM Herondina Medeiros Zeferino – Ingleses

Pola Ribeiro

ENTREVISTA



Pola Ribeiro. Além do MinC, a Lei 13.006 também terá aporte do Ministério da Educação

Pola Ribeiro é comunicador, cineasta e gestor público. Há 60 dias, o administrador está à frente da Secretaria de Audiovisual, ligada ao MinC (Ministério da Cultura). Em entrevista exclusiva, o secretário do Audiovisual fala sobre a regulamentação da Lei 13.006.

Por que a Lei 13.006 é importante? Qual é o aporte do cinema à formação educacional?

O mundo é audiovisual. Independente da linguagem, hoje o conhecimento circula todo no audiovisual. A escola está vivendo esse dilema de transição. Os jovens querem uma comunicação além do quadro negro e dos livros. A Lei 13.006 é tímida, mas abre um espaço e sinaliza a necessidade da presença do cinema na escola. O cinema tem o poder de modificar e enriquece o ambiente educacional. E pode interferir diretamente na educação. A exibição de filmes brasileiros é uma oportunidade para poder dar escala a essas produções audiovisuais, produzidas com recursos públicos. A lei possibilita a real devolução da linguagem audiovisual à sociedade, ou seja, também dá oportunidade de escala além do mercado. Cinema na escola é fundamental: o jovem e o setor estão precisando.

Como se dará a regulamentação da Lei 13.006? Quais são os próximos passos?

A regulamentação está sendo discutida e estudada junto com o Ministério da Educação. A decisão é criar um GT (Grupo de Trabalho) que antecipe e possa refletir sobre as políticas do MinC e sua intersecção com a área infantil. Esse GT trará indicativos: é um grupo composto por agentes para avaliar com o que pode se relacionar, com outras políticas do MinC e com a cultura infantojuvenil. A ideia é que o grupo, que já está nomeado, faça uma consultoria e avaliação para o MinC. Agora durante o Festival de Cinema Infantil de Florianópolis a questão vai ganhar um corpo mais claro, com esse primeiro encontro.

Diante da formalização desse Grupo de Trabalho através do lançamento de uma portaria que o instaure, quais será a previsão de data para que a meta seja alcançada e a lei seja de fato cumprida? E quanto à questão orçamentária para colocar a lei em prática de fato?

Mesmo já estabelecida, a regulamentação

da lei ainda precisa passar pelo congresso, então depende de múltiplos fatores. Mas estamos diante de um ambiente favorável. É complicado falar em datas, não há previsão. Quanto a questões de orçamentos, a Lei 13.006 também terá aporte do Ministério da Educação, o que dará um maior incentivo econômico ao projeto. Estamos todos empenhados em estruturar esse planejamento e integração do MinC com Ministério da Educação. A lei vem se somar a este esforço.

Ainda há falta de infraestrutura em escolas brasileiras que impossibilitam o cumprimento da lei – um levantamento de 2013 do portal QEDu que compilou dados do Censo Escolar concluiu que uma em cada cinco escolas do país ainda não tem aparelho de televisão. Existem projetos, como o Cine Mais Cultura, que deem amparo à Lei 13.006 em termos de infraestrutura?

O Cine Mais Cultura é o principal projeto que dialoga com essa lei, por que ele já mapeia esses fatores e necessidades. Precisamos dar corpo maior à lei para que possamos atender todas as escolas, faremos uma ampliação do projeto Cine Mais Cultura para atender o Brasil com número mais volumosos. Infelizmente, o projeto foi descontinuado. Mas ele será retomado com outras bases, já estamos fazendo. Essa mecânica de distribuição de filmes também será promovida sem dificuldades.

Quais os gêneros de filmes que serão selecionados para exibição nas escolas de educação básica? Eles terão algum argumento social? Os filmes serão fornecidos para as escolas de que maneira?

Sim, estamos precisando aprofundar algumas questões: formação de programadores, de curadores, tudo isso será feito com o GT. Para colocarmos filmes adequados para um público adequado precisamos aumentar o diálogo com o espectador brasileiro. Teremos um processo que será bastante rico.

Diário Catarinense
Diário do leitor
"José Boiteux"

José Boiteux / Academia Catarinense de Letras / Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina / Sesquicentenário / Tijucas / Instituto Politécnico / Faculdade de Direito / UFSC / Salomão Ribas Júnior

JOSÉ BOITEUX

Este é o ano de José Boiteux para a Academia Catarinense de Letras e para o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Comemora-se o sesquicentenário do seu nascimento em Tijucas. É o reconhecimento de uma vida de realizações. Essas ocorreram, sob sua inspiração, em variados campos. É o precursor dos cursos superiores em SC (Instituto Politécnico e a Faculdade de Direito) – primeiro passo para outras faculdades e o embrião da UFSC. Tentou a criação de uma associação de jornalistas. Mais tarde, com o apoio dos governantes e intelectuais da época, conseguiu fundar duas entidades que ainda cumprem seu papel: a Academia Catarinense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Por essa razão o prédio que foi do Instituto Politécnico e hoje abriga essas duas entidades culturais leva o nome de José Boiteux. Sua imensa criação intelectual está registrada. Algumas homenagens serão na Casa José Boiteux, outras no município que leva o seu nome, na escola José Boiteux em Florianópolis e na Assembleia Legislativa. Foi deputado federal e estadual. Sua lembrança recupera a história e nos identifica como povo.

SALOMÃO RIBAS JUNIOR

Presidente da ACL - Florianópolis

Diário Catarinense Estela Benetti

“Arquitetura e urbanismo para as pessoas”

Arquitetura e urbanismo para as pessoas / Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina / CAU / Giovanni Bonetti / UFSC

ARQUITETURA E URBANISMO PARA AS PESSOAS

COM CONSELHO PROFISSIONAL PRÓPRIO, ARQUITETOS E URBANISTAS DO ESTADO PODEM ATUAR MAIS EM FAVOR DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS EM IMÓVEIS E NAS CIDADES. QUEM FALA SOBRE ISSO É O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SC (CAU), GIOVANI BONETTI, VICE-PRESIDENTE DA ATUAL DIRETORIA. ELE OCUPA O CARGO INTERINAMENTE ATÉ O RETORNO DO PRESIDENTE LUIZ ALBERTO DE SOUZA, QUE FAZ PÓS-DOUTORADO NO EXTERIOR. NATURAL DE FLORIANÓPOLIS, BONETTI É SÓCIO DE DOIS ESCRITÓRIOS, O MARCHETTI BONETTI JUNTO COM A ESPOSA TAÍS MARCHETTI, E O ARK7.

Há três anos vocês criaram o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de SC (CAU). Por que um conselho só para as duas especialidades?

Antes, fazíamos parte do Confea, que representava 316 profissões e muitas coisas das nossas funções tinham um assombreamento de outros profissionais. Com o nosso conselho há maior valorização profissional e chamamos para nós questões que são da categoria ligadas a território e cidades. O planejamento urbano é multidisciplinar, mas a responsabilidade de determinar o uso do solo e regramentos urbanos é do arquiteto. O plano diretor é obrigação, mas muitas prefeituras ainda não têm.

A classe média está contratando mais profissionais de arquitetura. Por que isso é importante?

Pelo retorno que a pessoa tem após o serviço. Ela terá um melhor projeto, qualificação de espaço, conforto, mais



técnicas construtivas. Além disso, o arquiteto tem o registro de responsabilidade técnica, por isso é responsável pelas obras, inclusive se tiver qualquer problema técnico. É importante a sociedade saber que há, também, o design de interiores, mas não é uma profissão regulamentada, por isso esse profissional não emite responsabilidade técnica. As pessoas precisam saber que quando há erro técnico em obras, há até risco de prédios desabarem, como aconteceu no Rio de Janeiro.

Há quantos cursos de Arquitetura em SC e onde há mais profissionais?

Temos cerca de 30 escolas de gradua-

ção de Arquitetura e Urbanismo no Estado. Hoje, a Grande Florianópolis concentra cerca de 40% dos profissionais porque sedia o primeiro curso do Estado, o da UFSC e, agora, tem também os da Unisul e Univali. Além disso, a região tem um *lifestyle* com um ambiente propício para a arquitetura e reconhecimento da profissão também. Nas outras regiões do Estado temos uma distribuição mais proporcional. Um destaque no Estado é a arquitetura industrial.

O Estado é atingido por tornados. Que alerta o CAU faz aos cursos?

Existem técnicas específicas na área de arquitetura e engenharia que contri-

buem na prevenção de catástrofes ou que conferem às edificações segurança e estabilidade. Por isso, é importante que as faculdades de arquitetura e engenharia tenham disciplinas específicas que atendam a realidade de cada região.

Como o conselho participa no planejamento urbano de SC?

Está sendo criada a superintendência da Região Metropolitana de Florianópolis. O CAU defendeu a criação dessa região e de outras como as de Joinville, Blumenau, Criciúma e Chapecó. Temos uma comissão para tratar de políticas urbanas. Uma região mal planejada gera diversos problemas, o mesmo ocorre com as cidades, que precisam ser voltadas para as pessoas.

Qual é o pleito de vocês à legislação do Supersimples?

No mês de abril, o CAU/BR enviou requerimento para Câmara de Deputados a fim de discutir mudanças na legislação do Supersimples. O pedido é que os escritórios de arquitetura e urbanismo tenham um tratamento isonômico na redução das alíquotas que servem de base para o cálculo do imposto. Hoje, as micro e pequenas empresas de Arquitetura e Urbanismo estão enquadradas com alíquotas de 16,93% a 22,45% de seus faturamentos, ou seja, não é interessante para a categoria migrar do regime atual para o Supersimples.

Como vê o momento econômico?

Vivemos uma crise de confiança. Há uma crise ética devido à Petrobras. As empresas não estão descapitalizadas, mas retraídas para novos investimentos. O cliente final também está retraído para ver o que vai acontecer. A situação do setor público pode estar mais difícil, mas do privado é falta de confiança.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

07/06/2015

[Em manifesto, juristas alertam Supremo para inconstitucionalidade em votação na Câmara](#)